



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FRANCISCO JOSÉ LIRA DE ALBUQUERQUE

O HOLOCAUSTO NAZISTA E A MODERNIDADE LÍQUIDA

CAMPINA GRANDE

2022

FRANCISCO JOSÉ LIRA DE ALBUQUERQUE

O HOLOCAUSTO NAZISTA E A MODERNIDADE LIQUÍDA

Trabalho de Conclusão Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação – CEDUC da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. José Adilson Filho

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345h Albuquerque, Francisco Jose Lira de.
O holocausto nazista e a modernidade líquida [manuscrito]
/ Francisco Jose Lira de Albuquerque. - 2022.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. José Adilson Filho, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Modernidade. 2. Holocausto. 3. Nazismo. I. Título

21. ed. CDD 940.5318

FRANCISCO JOSÉ LIRA DE ALBUQUERQUE

O HOLOCAUSTO NAZISTA E A MODERNIDADE LÍQUIDA

Trabalho de Conclusão Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação – CEDUC da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovada em: 23/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Doutor José do Santos Costa Júnior.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Noemia Dayana de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	O RACISMO MODERNO COMO PLANEJAMENTO SOCIAL	6
3	O ANTISSEMITISMO MODERNO E O GENOCÍDIO	9
4	O PAPEL DA BUROCRACIA MODERNA NO EXTERMINIO JUDEU	12
5	A MORALIDADE NAZISTA E O ESQUECIMENTO	16
6	POSSIBILIDADE DO HOLOCAUSTO E AS SALVAGUARDAS MODERNAS	20
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26

O HOLOCAUSTO NAZISTA E A MODERNIDADE LÍQUIDA THE NAZIST HOLOCAUST AND LIQUID MODERNITY

Francisco Lira¹

RESUMO

O presente trabalho visa analisar e discutir como a sociedade moderna possibilitou o surgimento do holocausto nazista, um fenômeno histórico sem precedentes. A partir da base teórica fornecida pelo pensamento de BAUMAN (1999), ARENDT (1999), ELIAS (1997) esta pesquisa pretende discutir as origens históricas do que ficaria conhecido como uma das maiores tragédias do século XX. Em segundo lugar, o artigo pretende discutir a possibilidade histórica da repetição de fenômenos análogos ou semelhantes ao holocausto nazista. O artigo procurará responder se de fato a assim chamada civilização ocidental moderna deixou de fato o legado genocida e autoritário para trás.

Palavras-chaves: Modernidade. Holocausto. Nazismo

ABSTRACT

The present work aims to analyze and discuss how modern society enabled the emergence of the Nazi holocaust, an unprecedented historical phenomenon. From the theoretical basis provided by the thought of BAUMAN (1999), ARENDT (1999), ELIAS (1997) this research aims to discuss the historical origins of what would become known as one of the greatest tragedies of the twentieth century. Secondly, the article intends to discuss the historical possibility of the repetition of analogous or similar phenomena to the Nazi holocaust. The article will seek to answer whether in fact the so-called modern Western civilization has in fact left the genocidal and authoritarian legacy behind.

Keywords: Modernity. Holocaust. Nazism

¹ Graduando em História pela universidade estadual da Paraíba. Franciscalbulira@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Independente das múltiplas e muitas vezes divergentes interpretações sobre o fenômeno histórico do nazismo, é inegável que esse acontecimento foi, talvez, o mais impactante e o que deixou mais marcas que perduram até o tempo presente. Um dos elementos centrais que move o presente artigo é investigar e discutir algumas das tradicionais interpretações tanto da história quanto da sociologia sobre o fenômeno supracitado.

A interpretação histórica proposta pelo sociólogo Zygmunt Bauman busca se distanciar das tradicionais interpretações que viam no holocausto ou um apenas mais um evento da história dos Judeus, sendo o extermínio judeu o ponto culminante na longa história do antissemitismo europeu-cristão. Essa interpretação, como nos diz o próprio Bauman (1999), é sociologicamente e historicamente inconsequente. Ela busca isolar a compreensão do holocausto, o colocando único, sem precedentes na modernidade, e acima de tudo atípico. Essa visão, ao buscar valorizar a memória do povo judeu e suas experiências do holocausto, acaba, ao contrário, diminuindo a importância desse fenômeno histórico pois o reduz à um episódio da história dos judeus, não permitindo que surjam discussões a respeito dos elementos estruturais da modernidade que possibilitaram esse fenômeno, tampouco permite discutir os limites teóricos-metodológicos dos modelos de interpretação usados para interpretar o extermínio nazista.

A segunda grande corrente de interpretação sociológica e histórica é aquela que busca analisar o fenômeno histórico do holocausto nazista a partir do paradigma do processo civilizatório. A natureza do fenômeno histórico é posta na categoria de teórica de disfunção social, o extermínio do povo judeu teria sido causado quando os principais mecanismo de regulação social postos pela modernidade tinham sido afrouxados. A modernidade teria sido incapaz de suprimir os instintos pré-sociais e as paixões irracionais do estado humano anterior a sociabilidade.

Ora, pelo dito acima é bastante claro os limites teóricos e interpretativos de ambas as visões. É bastante claro o problema de colocar o holocausto nazista como uma espécie de associação de criminosos que tomaram o poder político, ou simplesmente compreender o fenômeno buscando analisar os elementos individuais e psicológicos de determinados líderes do nazismo. A compreensão de Bauman busca analisar que o assassinato em massa posto em prática pelo nazismo tem, acima de tudo, suas raízes deitadas em formas específicas de organização sociais e políticas suscitadas pela própria modernidade, que foram criadas e organizadas pela civilização que supostamente, segundo o mito etiológico, seria capaz de suprimir cada vez mais a violência e o conflito da vida cotidiana.

A obra *modernidade e holocausto*, de Bauman(1999) busca exatamente romper com ambas as clássicas interpretações citadas acima, ela não busca apenas uma nova interpretação sociológica do fenômeno holocausto, mas sim questionar os principais paradigmas e os princípios centrais da modernidade ocidental à luz do holocausto nazista, que é tomado como o exemplo do que acontece quando os princípios modernos são levados às últimas consequências.

O objetivo central do artigo proposto é primeiro, apresentar o fenômeno do holocausto nazista à luz da interpretação da modernidade proposta por pensadores como Bauman (1993), Elias (1997) e Arendt (1999), assim como se utilizar de

categorias advindas de pensadores como Horkheimer (1996), como a de razão instrumental. Em segundo lugar demonstrar que os principais elementos sociais e políticos que possibilitaram a existência do holocausto nazista ainda estão claramente presentes na modernidade.

No aspecto metodológico, o presente trabalho busca realizar uma revisão bibliográfica sobre as obras de vários pensadores do século XX que buscaram fugir da interpretação tradicional sobre o fenômeno histórico do holocausto. Com destaque para a obra de Bauman (1993), sobretudo a obra *modernidade e holocausto*. O estudo, portanto, se baseia majoritariamente em pesquisas bibliográficas.

O objetivo, portanto, é a partir das referências bibliográficas citadas acima buscar compreender como os princípios da modernidade burguesa possibilitaram o surgimento de fenômenos do tipo holocausto. E em segundo lugar, o artigo busca demonstrar que a janela genocida da modernidade ainda está aberta.

2 O RACISMO MODERNO COMO PLANEJAMENTO SOCIAL

É de suma importância compreender que o fenômeno histórico do nazismo é impensável sem um dos elementos centrais que foram articulados pela modernidade burguesa: O racismo. É bastante claro que o discurso racista e antisemita são dois dos pilares fundantes deste fenômeno histórico.

O racismo é um fenômeno tipicamente moderno, pois este é impensável sem o Estado moderno e a ciência moderna, que inicialmente fornecera o seu principal arcabouço discursivo (BAUMAN,1999). A categoria raça, que fora construída e desenvolvida pelo pensamento filosófico e antropológico europeu ao longo do século XIX, é fundamental para se compreender a particularidade do genocídio nazista e do discurso antisemita moderno. É necessário entender, primeiramente, o surgimento do discurso racista na modernidade e como depois este será devidamente apropriado e reinterpretado pelos ideólogos do nazifascismo.

A partir do iluminismo, a ciência não deveria adquirir um caráter meramente passivo, mas sim se transformara em um importante instrumento de transformação da realidade natural e social, um meio que permitiria ao homem moldar a realidade de acordo com seus interesses e seu projeto (Horkheimer,1996). A Jardinagem e a medicina passam a ser o arquétipo no qual giram as metáforas usadas na sociologia. A normalidade do corpo humano, que quer se ver livre de doenças, este é o objetivo supremo da ciência médica (BAUMAN,1999). Os planejadores do holocausto nazista se apropriavam de analogias vindas da medicina e da jardinagem para manter o corpo social livre de doenças e o jardim livres ervas daninhas que poderiam trazer doenças e destruir a saúde do corpo social.

Como nos lembra Bauman (1993), na modernidade o estado moderno passa a ser visto como um grande planejador que tem por objetivo a administração e o planejamento da própria coexistência humana, assim como plantas em um jardim, que se deixadas a conta própria podem apodrecer, a mesma coisa aconteceria com o conjunto das instituições políticas e sociais. Era preciso livrar esse jardim de ervas daninhas e de doenças.

Lineu, um dos pais da biologia moderna, buscava entender a grande superioridade econômica e cultural da Europa ocidental em relação ao resto do mundo, sobretudo a Ásia e a África, a partir de um marcador claramente racial, ao descrever a raça branca como engenhosa, inventiva e organizada, ao passo que os negros eram naturalmente preguiçosos, desonestos e incapazes de governar a si

mesmos. A atividade científica era vista como uma forma de demarcar e identificar o lugar do homem na natureza, identificando as diferenças que separam os homens dos outros animais, mas também entre diferentes grupos de homens. É neste contexto que surge a categoria raça emerge no conjunto das ciências sociais, sobretudo a antropologia e a história. Essa ligação entre o discurso racista Europeu e o discurso eugenista do nazismo é tão inegável que para o historiador marxista Losurdo (2007), o nazismo nada mais é do que o discurso eugenista colonial aplicado contra os próprios povos Europeus, neste caso os Judeus.

Na obra *Ensaio sobre a desigualdade da raça humana*, de Arthur de Gobineau, o autor busca demonstrar que todas as conquistas civilizacionais e culturais só foram possíveis graças a presença do elemento racial branco, esta obra de 1853 fora o criador da concepção de raça ariana, que seria uma raça branca milenar responsável por todos os grandes feitos da humanidade. Gobineau (1853) classifica a humanidade em um esquema tripartite, possuindo três grandes raças: A branca, a amarela e a negra. Atrelando as principais virtudes morais e intelectuais à primeira, colocando o amor pela liberdade e pela ordem como uma virtude inata ao homem branco. Os amarelos seriam uma espécie de raça intermediária, que tendiam a apatia e a falta de criatividade, e por fim os negros que seriam dotados de faculdades intelectuais e morais inferiores, descrevendo-os também como violentos, brutos e irracionais. Se o racismo teórico tem um pai, esse sem dúvida é o conde Frances.

Apesar de Gobineau (1853) ter sido claramente um eugenista e defensor da pureza racial, ele tinha pouca esperança de que fosse possível que seus ideais fossem postos em práticas como políticas estatais, ele não acreditava que possível pôr em prática seu projeto, e via como utópico qualquer tentativa de coloca-los em prática. Ainda aponta que o declínio civilizacional da Europa estava ocorrendo em decorrência da miscigenação racial na qual os arianos foram submetidos. Os únicos povos que conseguiram de alguma maneira manter a pureza racial ariana teriam sido os germânicos, pois boa parte dos povos mediterrâneos teriam sucumbidos à miscigenação com outros povos, tendência esta que Gobineau via como inevitável em relação à modernidade.

Todo o discurso produzido pelo assim chamado racismo científico dará origem ao mito racial do arianismo, que a partir de uma série de supostas provas arqueológicas e históricos, ficara comprovado que as grandes conquistas civilizatórias desde o Egito antigo, antigo teriam ocorrido devido a presença dos povos arianos (EVANS,2007). O grande mito da raça ariana seria no século XX incorporada ao discurso racista do partido nazista, que acreditava que os germânicos eram de fato a raça escolhida e superior aos demais povos europeus, que por isso deveriam lutar contra quaisquer povos e etnias que podiam destruir a pureza racial do povo alemão (GOUBIENAU,1853).

Com esta descrição é possível perceber que a ciência biológica e a antropologia passaram a ser consideradas a ciência por excelência ao longo do século XIX. O caráter, o temperamento e até as inclinações políticas eram determinadas pela natureza, e, portanto, passíveis de serem observadas. Fora exatamente nesse contexto que surgiram a frenologia (estudos sobre o tamanho crânio) e fisiognomia (estudo sobre a influência da que buscavam medir o caráter de um indivíduo a partir do tamanho do seu crânio e da sua aparência facial e física). Aqui já está dado um dos elementos centrais do moderno racismo: A classificação e a hierarquização do substrato material, físico dos diferentes grupos humanos, as superfícies corpóreas passam a adquirir uma importância cada vez maior nesse contexto.

A modernidade, desta forma, permite explicitar a diferença entre o racismo moderno e a mera heterofobia, isto é, o medo da diferença. O racismo moderno é uma forma de planejamento social, uma forma de diferenciar, separar, isolar e no limite, exterminar àquele grupo social que é visto como um obstáculo a sociedade perfeita.

A distinção entre heterofobia e racismo moderno é um dos elementos centrais que nos permitem compreender a dinâmica do holocausto nazista e do racismo moderno em geral. É comum na sociologia moderna tratar o racismo como uma mera forma de heterofobia (medo da diferença), o racismo é visto como uma modalidade de ressentimento e preconceito entre diferentes grupos. A primeira modalidade seria o que o autor chama de racismo primário, que para ele seria universal. Esta é simplesmente a repulsa e muitas vezes a agressividade contra qualquer forma estrangeira de vida estranha, que é considerada exterior à determinada comunidade social.

Esse estranhamento leva invariavelmente a antipatia contra os estranhos. Enquanto o racismo secundário seria apenas a elevação desse primeiro sentimento de antagonismo à sua racionalização, buscando aparar esse ressentimento primeiro com a criação de uma teoria lógica que busca colocar esse Outro como um elemento disruptivo e perigoso para a comunidade originária.

Por fim, o racismo terciário seria a tentativa de elevar o discurso racista a um patamar quase biológico, buscando demonstrar o caráter incurável e irreparável do Outro. Bauman(1993) criticará essa visão reducionista que mistura heterofobia e racismo, a diferença central não está propriamente na esfera discursiva e dos argumentos utilizados por e por outro, nem mesmo na intensidade do sentimento coletivo que move ambos, mas sim a natureza, assim como as funções e a forma de operar do racismo que o diferencia da heterofobia, nas palavras do próprio autor

O racismo destaca-se por um costume de que é parte integrante e que racionaliza: costume que combina estratégias de arquitetura e jardinagem com a da medicina a serviço da construção de uma ordem social artificial, pelo corte de elementos da realidade presente que nem se adequem à realidade perfeita visada nem podem ser mudadas para que se adequem. (BAUMAN, 1993, p.87).

A passagem acima deixa bastante clara a distinção entre esses conceitos. A simples heterofobia jamais permitiria um fenômeno como o holocausto nazista ou semelhantes, pois o objetivo da heterofobia é simplesmente a necessidade de manter determinado grupo considerado disruptivo à distância, buscando identificar quais elementos e porque esse grupo pode introduzir práticas e costumes estranhos para determinado grupo nativo, os limites e as fronteiras não ficam claras, e a identidade de determinado grupo fica ameaçada.

O principal motor da heterofobia é o ódio e o ressentimento coletivo. como dito anteriormente, as paixões mais imediatas e passageiras são absolutamente ineficazes para o extermínio de um povo.

O instrumento correto, no caso do racismo, é a racionalidade instrumental típica da modernidade, que compreende no ressentimento, no ódio e no extermínio não um fim em si mesmo, mas um meio para se chegar à uma sociedade perfeita, racialmente homogênea e ordeira.

Está aqui a categoria central para se compreender o holocausto nazista. A visão moderna do jardineiro é bastante clara como um dos elementos centrais do discurso moderno do racismo científico. O racismo claramente se distingue aqui pela sua forma de operar.

3 O ANTISSEMITISMO MODERNO E O GENOCIDIO

Uma das características marcantes do antissemitismo moderno é a necessidade geral da modernidade de traçar fronteiras, necessidade esta que tinha por trás de si toda o propósito central dos estados modernos, que é buscar uma unidade e certa identidade nacional baseada sobretudo em aspectos étnicos. Os Judeus eram, assim, os “estrangeiros em nosso meio”, constituíam sempre o “eles” que se contrapõe ao “nós”, estes eram sempre vistos como um grupo socialmente distintos.

Como dito acima, nos períodos pré-modernos a dimensão que o antissemitismo estava centrado na religião judaica, não no povo Judeu. O semita é um pecador e merece ser destacado até com que abandone a sua religião e abrace a verdadeira religião de cristo, havia aqui ainda a dimensão de inclusão do judeu caso este abraçasse a nova religião. Esse elemento específico não impedia, evidentemente, as grandes explosões de violência contra os judeus na idade média, mas nesse contexto seria impensável um extermínio físico contra os judeus pois não se tratava de um grupo étnico que estava além da redenção. O antissemitismo moderno só é possível existir graças ao discurso que atrelava, isto é, o discurso do racismo científico. A passagem seguinte é bastante esclarecedora:

É difícil, talvez impossível, chegar à ideia do extermínio de todo um povo sem uma imaginação racial, isto é, sem uma visão de defeitos endêmicos e fatais por princípio incuráveis e capazes, além disso, de se propagarem se não controlados. É difícil e provavelmente impossível chegar a tal ideia sem uma arraigada prática médica (tanto da medicina propriamente dita, voltada para o corpo do ser humano, como de suas inúmeras aplicações alegóricas, com seu modelo de saúde e normalidade, sua estratégia de isolamento e sua técnica cirúrgica. É particularmente difícil e quase impossível conceber tal ideia isoladas da abordagem da engenharia social, da crença na artificialidade da ordem social, da instituição da especialidade e da prática de controle científico e da interação humanas. (BAUMAN, 1999, P.96).

Já ficara bastante claro a importante diferença entre o antissemitismo cristão típico dos tempos pré-modernos, daquele antissemitismo racista típico da modernidade. É importante destacar que o sociólogo Polonês não busca aqui dizer que um é pior do que o outro, mas compreender que o discurso que move o antissemitismo cristão pré-moderno é bem diferente do antissemitismo racista que embasou teoricamente os grandes líderes do nazismo.

Na grande obra a linguagem do terceiro Reich do Filólogo Alemão Victor Klemperer (2007), que presenciara em primeira mão o holocausto nazista, o autor destaca três grandes diferenças entre os dois tipos de antissemitismo. A primeira diferença é evidentemente a proporção do extermínio Judeu, que durante os grandes episódios de explosões antissemitas ao longo da idade média, mas jamais chegou a exterminar populações inteiras, como depois fariam os campos de concentração. A segunda diferença é que o extermínio Judeu, como dito acima, fora que no holocausto nazista não fora a população enfurecida ou um massacre espontâneo que provocara o assassinato em massa, mas sim uma organização burocrática baseadas em princípios técnicos e racionais como toda burocracia, e por último foi que

A terceira inovação é a mais importante: o ódio contra o judeu baseia-se na ideia de raça. Ora, desde tempos imemoriais esse ódio era dirigido a pessoas que estavam fora do âmbito da fé e da sociedade cristãs. A conversão e a aceitação dos costumes locais tinham um efeito compensatório e, pelo menos para as gerações seguintes, apagavam diferenças. Ao situar no sangue a distinção entre judeus e não judeus, a ideia de raça torna impossível qualquer mediação; a separação é eterna, agora legitimada pela vontade divina. (KLEMPERER, 2007, P.215).

Era necessário, na modernidade liberal que solapara todas as diferenciações sociais e políticas existentes desde o período medieval, criar novos mecanismos de distinção entre os judeus e os cristãos, o primeiro agora era do ponto de vista do direito e da lei igual politicamente e juridicamente ao resto da população.

Aqui a forma discursiva do racismo também foi incorporada pelo discurso antissemita moderno, a forma do antissemitismo moderno assume agora claramente contornos racistas, que seriam claramente apropriadas posteriormente pelos principais teóricos do nazismo.

É bastante contraditório que ao mesmo tempo em que a modernidade busca defender a capacidade do processo civilizador para aparar as desigualdades e a nivelar os indivíduos por meio processo educacional, esta acabou criando o principal mecanismo de diferenciação e hierarquização entre os indivíduos. Não importando o esforço ou a boa vontade do indivíduo, a raça seria um obstáculo intransponível, para os indivíduos racialmente inferiores. As velhas fronteiras étnicas e culturais que tinha perpassado a idade média teriam que ser substituídas por novas e melhores, agora calcadas não mais na cultura ou na religião, mas na natureza.

Ao contrário do judaísmo, o atributo de ser judeu não podia ser mudada, estava no nível da lei natural. O discurso antissemita na modernidade adquire esses contornos típicos da modernidade, que buscava justificar as múltiplas desigualdades econômicas e sociais entre as diferentes sociedades utilizando o discurso de que determinados atributos eram inatos a determinadas raças. É apenas na modernidade racista que o judeu está para além da redenção e da conversão.

A imagem do judeu conceitual adquiria enorme importância exatamente pois ele permitia compreender as horríveis consequências da transgressão de fronteiras, o judeu era o protótipo de anomalia, heterodoxia, em suma, o judeu conceitual é visto como a repugnância do ocidente. Fora dessa forma que a imagem mental do Judeu chega à mentalidade moderna.

O grupo dos Judeus sofreram as primeiras descargas antimodernistas do século XIX, aqui a reação anticapitalista e o sentimento anti-revolução industrial misturava-se com o antissemitismo, o judeu fora identificado como o elemento revolucionário, conspirador e capitalista, a causa dos males e da miséria da então sociedade do século XIX. Essa é a primeira imagem mental feita desse grupo no princípio da modernidade liberal, as principais fobias antimodernas eram descarregadas em cima desse grupo determinado que ameaçava a ordem, a estabilidade e, sobretudo, as fronteiras entre os grupos (BAUMAN, 1999).

Para Bauman (1999), o antissemitismo não pode ser concebido como um mero antagonismo e luta dentro de um determinado quadro nacional ou social, este fenômeno fora determinado fundamentalmente auto afirmativos e definidores dos praticantes. É exatamente por isso que a figura do judeu conceitual que fora produzida pelo discurso antissemita possuiu tanta longevidade e sobrevivera desde a idade média até ter o seu ápice com o holocausto nazista. O antissemitismo era uma forma

extremamente poderosa de demarcações de fronteiras durante a idade média, fora exatamente a partir desta oposição com a religião judaica que o cristianismo formava sua própria identidade.

Já ficara bastante claro a importante diferença entre o antissemitismo cristão típico dos tempos pré-modernos, daquele antissemitismo racista típico da modernidade, mas compreender que o discurso que move o antissemitismo cristão pré-moderno é bem diferente do antissemitismo racista que embasou teoricamente os grandes líderes do nazismo. Como dito acima, nos períodos pré-modernos a dimensão que o antissemitismo estava centrado na religião judaica, não no povo Judeu. O semita é um pecador e merece ser destacado até com que abandone a sua religião e abrace a verdadeira religião de cristo, havia aqui ainda a dimensão de inclusão do judeu caso este abraçasse a nova religião. Esse elemento específico não impedia, evidentemente, as grandes explosões de violência contra os judeus na idade média, mas nesse contexto seria impensável um extermínio físico contra os judeus pois não se tratava de um grupo étnico que estava além da redenção.

Na modernidade o estado moderno passa a ser visto como um grande planejador que tem por objetivo a administração e o planejamento da própria coexistência humana, assim como plantas em um jardim, que se deixadas a conta própria podem apodrecer (BAUMAN,1999). A mesma coisa aconteceria com o conjunto das instituições políticas e sociais. Era preciso livrar esse jardim de ervas daninhas e de doenças.

Ao colocar as características raciais como um atributo imutável, inato e universal, o grupo étnico dos judeus estavam além da redenção e da conversão ao cristianismo, neste ponto já é possível perceber o enorme vão que separa o antissemitismo medieval-cristão do antissemitismo nazista. A única possibilidade de resolver o problema judeu era a eliminação física deste grupo. O povo judeu, para a mentalidade nazista, não era compatível com o *volk geist* alemão, e, portanto, deveria ser exterminado. Pode-se até argumentar que o antissemitismo nazista e o discurso que ele atrela já não possuem quase nada da força que possuíam durante o início do século XX até o holocausto, mas o racismo enquanto categoria mais ampla não apenas ainda persiste na modernidade, como se reinventa por meio de novos discursos e espaços, assim como outros grupos étnicos são vistos como indesejados em vários lugares do ocidente civilizado, inclusive, passíveis de serem removidos fisicamente do local.

O conceito de judeu adquire contornos universais, extraterritoriais e extemporâneo, podendo ser adaptada às diferentes circunstâncias e diferentes contextos de conflitos e desordem social, nas palavras de Bauman, ele serve tão bem a questões locais justamente porque não está ligado de forma causal a nenhum. Fora a longevidade deste conceito que permitiria Hitler e os nazistas culparem o judeu imaginário pelos inúmeros problemas locais e particulares dos alemães, bem como do mundo como um todo.

Basta lembrar que o discurso nazista colocava o judeu no centro causal de fenômenos tão diversos como a primeira guerra mundial e a crise de 29. As teorias conspiratórias aparecem como um mecanismo discursivo extremamente importante para a organização ideológica do nazi-facismo. É evidente que utilizar-se de teorias conspiratórias grandiosas e de mentiras políticas não é uma invenção moderna, muito menos uma particularidade do regime nazista, porém a forma de utilização da informação e da massificação da opinião pública é um elemento típico da modernidade. A utilização de teorias das conspirações colocando determinado grupo étnico como centro está longe de ser uma estratégia do passado, acontecimentos

políticos recentes comprovam que essa ainda é uma arma extremamente poderosa da extrema-direita.

4 O PAPEL DA BUROCRACIA MODERNA NO EXTERMINIO JUDEU

É evidente que o assassinato em massa não é uma criação da modernidade, os múltiplos antagonismos étnicos, culturais e sociais ao longo da história ocidental não permitem dúvidas quanto a isto. A primeira consequência do raciocínio suscitado acima é negar a peculiaridade do genocídio moderno e acabar por não visualizar a íntima relação entre a civilização moderna e seus princípios com o genocídio.

Um acontecimento histórico marcante que nos permite compreender de forma bastante clara a peculiaridade moderna do genocídio fora exatamente a noite dos cristais, em 1938. Quando várias lojas, casas e propriedades dos judeus alemães foram destruídas por uma turba descontrolada, típica dos *polgroms* tão presentes na história do ocidente desde a antiguidade passando pela idade média até os tempos modernos.

O sociólogo Polonês usa esse evento exatamente como um marco de distinção entre a forma pré-moderna, primitiva de violência contra grupos sociais ou étnicos marginalizados. Se após a noite dos cristais não houvesse se seguido os campos de concentração nazista e a massificação do assassinato contra os judeus, esse episódio seria apenas mais um na longa história dos saques, estupros e incêndios que marcam essas explosões antissemitas ao longo da história ocidental. Mas não foi isso que aconteceu, episódios de violência explosiva de uma população desordenada são instrumentos pouco eficazes para o assassinato em massa. Para isso, é necessário mais, como diz o autor na citação que segue:

O genocídio realmente moderno é diferente. É *genocídio com um propósito*. Livrar-se do adversário não é um fim em si mesmo. É um meio para se atingir determinado fim, uma necessidade que decorre do objetivo último, um passo que se deve dar caso se queira chegar um dia à meta final. O *fim em si mesmo é a visão grandiosa de uma sociedade melhor e radicalmente diferente*. (BAUMAN, 1999, P.114).

Para uma tarefa dessa magnitude e complexidade é necessário substituir essa turba descontrolada, movida pelas paixões, por uma burocracia racional subsumida não pelo ódio coletivo contra um grupo específico, mas pela obediência a uma autoridade centralizada. Pouco importa se quem move a máquina burocrática são extremistas antissemitas ou homens moderados, se são homens ideologicamente comprometidos com a ideologia nazista, como Himmler ou Mengele, ou se são homens comuns como Eichmann, que no julgamento de Nuremberg disseram estarem apenas cumprindo ordens de seus superiores.

O elemento estrutural do racismo, presente na modernidade, não é por si só suficiente para explicar e colocar em funcionamento a máquina do holocausto nazista. Fora necessário colocar toda a moderna burocracia, com sua total eficiência técnica e científica, com a extensão divisão funcional do trabalho à serviço da máquina estatal. Inicialmente, é preciso compreender a peculiaridade do genocídio moderno, sobretudo do holocausto nazista.

Para Weber (2004), uma das instituições centrais que permitem o crescente processo de racionalização da sociedade é exatamente o que ele chama de estamento burocrático. Este define a burocracia como a forma de organização social mais avançada baseada em princípios técnicos e científicos, não sendo mais guiados

por princípios teológicos ou morais. A burocracia moderna tem por objetivo cumprir as tarefas, sejam elas quais forem pela. A moralidade presente na ação burocrática é simplesmente buscar cumprir as tarefas da forma mais eficiente e menos custosas possíveis. A própria forma de organização burocrática permite que a responsabilidade moral seja substituída pela responsabilidade técnica, assim como a própria moral do burocrata, para Weber (2004), é a ética da obediência ao seu superior.

A máquina burocrática apenas necessidade ser gerida de forma organizada, indiferente em relação à personalidade e as preferências pessoais do agente burocrático. Fora exatamente esta burocracia impessoal, típica dos estados e das sociedades modernas civilizadas que possibilitaram o holocausto.

O assassinato em massa praticado pela modernidade se distingue exatamente pelo uso da racionalidade instrumental moderna, que através de um aparato burocrático busca a forma mais eficaz, produtiva e menos custosa para realizar o fim posto pelo Estado, além da completa ausência de espontaneidade e pelo predomínio de um projeto friamente calculado. O projeto moderno do genocídio busca eliminar o acaso e a contingência.

O segundo aspecto que difere o genocídio moderno dos anteriores é que ele possuiu um propósito muito claro, uma finalidade. O genocídio aqui é visto como um meio para se construir uma sociedade perfeita, no caso do nazismo, uma livre de impurezas raciais e culturais. O genocídio moderno faz parte de um grande projeto de engenharia social, visando cultivar um ordenamento perfeito, conforme um projeto político determinado. Na visão de Bauman:

É a visão de um jardineiro, projetada em tela de tamanho planetário. Os pensamentos, sentimentos, sonhos e impulsos dos projetistas desse mundo perfeito são conhecidos de todo jardineiro desse nome.... alguns jardineiros odeiam as ervas daninhas que estragam seus projetos – uma feiura no meio da beleza, desordem na serena ordenação. (BAUMAN, 1999, P.115).

É claro que o espírito moderno da racionalidade instrumental e da subordinação moral, religiosa e ética do homem à técnica, casa perfeitamente com o espírito do estado jardineiro e a da moderna sociedade que o corresponde. O holocausto nazista não fora um estranho à casa da modernidade, mas um habitante fiel aos mais alteados princípios modernos.

Um dos principais elementos analisadores pelo sociólogo polonês fora a influência da divisão funcional do trabalho, e de sua consequente relação com a organização e o funcionamento do Estado moderno, não apenas daqueles estados autoritários.

O primeiro elemento que se deve considerar é a dissociação do uso da violência e dos seus meios, dos fins morais associados a determinadas atividades burocráticas. O que importa nos meios utilizados é o resultado técnico, a eficiência produtiva, e não o fim valorativo da ação. Esse descolamento entre a finalidade moral e a ação do indivíduo se dá a partir de dois elementos centrais para se compreender a burocracia moderna. O primeiro é própria divisão de responsabilidades criadas pela divisão funcional do trabalho, que mutila a responsabilidade dos múltiplos indivíduos que participam do processo de trabalho, a cadeia de subordinação e comando permite com que determinado indivíduo contribui apenas parcialmente para o resultado final da ação.

O que essa distância prática e mental do produto final significa é que a maioria dos funcionários da hierarquia burocrática pode dar ordens

sem pleno conhecimento dos seus efeitos. Em muitos casos, achariam difícil visualizar esses efeitos. Geralmente tem apenas uma consciência abstrata e distanciada deles – o tipo de conhecimento que é melhor expresso pela estatística, que mede os resultados sem fazer qualquer julgamento, nenhum julgamento moral com certeza. (BAUMAN, 1999, P.123).

Uma vez que a divisão do trabalho tenha se tornado funcional, o distanciamento psicológico entre a ação do indivíduo e seu efeito se torna ainda mais devastadora, pois a primeira causa mais evidente que ela causa é que toda ação existe apenas dentro de uma profunda divisão funcional do trabalho, e que cada ação é multifinal, todo elo de uma cadeia produtiva pode ser integrado de forma e definida por diferentes sentidos. Afinal de contas, não importa se uma fábrica de aço produz mercadorias para ajudar na construção de hospitais ou nas fabricações de bombas, o uso que é feito do produto final, não é de responsabilidade moral da fábrica, seja dos trabalhadores da fábrica, seja dos administradores ou dos proprietários.

A única responsabilidade que eles possuem é técnica, produzir como elo de uma longa cadeia de divisão funcional do trabalho que pode ser usada de uma forma ou de outra. O significado da ação é sempre definido por “outros”. Por si mesma, toda e qualquer ação burocrática é desprovida de significado, serão sempre outros indivíduos nesse grande elo que decidirão o sentido da operação, permitindo uma flutuação na responsabilidade.

O que nos leva ao segundo ponto, que é a substituição responsabilidade moral pela técnica. O que para que esse elemento seja bem sucedido é necessário que antes já esteja colocada e bem distribuída a divisão funcional do trabalho. O sociólogo polonês coloca que a responsabilidade moral difere de a técnica pelo fato desta última esquecer que ação é um meio para se alcançar um fim externo a ela mesma, o que só é reforçado pelo fato de que as consequências das ações são muitas vezes, sobretudo graças à divisão funcional do trabalho, removidas do campo visão do ato burocrático, o agente, então, fica incapacitado de compreender as conexões exteriores da ação, o agente burocrático então

Pode ser julgado apenas pelos seus critérios intrínsecos de adequação e sucesso. De mãos dadas com a arrogante autonomia relativa do funcionário condicionado por sua especialização funcional, vai a distância que o separa dos efeitos gerais do trabalho dividido, embora coordenado, de organização como um todo. Uma vez isolados de suas longínquas consequências, a maior parte dos atos funcionalmente especializados ou passa facilmente no teste moral ou é moralmente indiferente. (BAUMAN, 1999, P.125).

Os principais efeitos causados por essa forma de organização social é exatamente a crescente indiferença dos agentes burocráticos em relação as suas próprias ações, permitindo que a responsabilidade seja constantemente transferida. A impessoalidade e a ética da obediência instituída por esse tipo de organização impossibilitam qualquer tipo de desconforto moral por parte do agente, assim como qualquer questionamento ou reflexão em relação a ordem estabelecida. O único critério prático da ação é a eficiência técnica do ato, não suas repercussões morais ou éticas.

Outro elemento central apontado como uma característica essencial da moderna burocracia é a sua crescente tendencia de desumanizar e descaracterizar os objetos da própria operação burocrática. As modernas formas de organização

burocrática permitem reduzir todos os aspectos qualitativos da realidade social ao seu aspecto quantitativo, mais precisamente na forma de dinheiro. Este seria o único símbolo da modernidade capaz de exprimir e reduzir todas as relações qualitativas a sua própria imagem. Essa concepção tipicamente moderna da economia de mercado é claramente atestada pela linguagem que são utilizadas nestes espaços burocráticos. Dentro de uma planilha seja de um funcionário estatal ou de uma grande empresa privada, todos os objetos tratados pelas operações realizadas pelo agente perdem sua identidade ao seu terem seu aspecto qualitativo completamente suprimido.

A desumanização liga-se de modo inextricável à tendência mais essencial, racionalizante, da moderna burocracia. Como todas as burocracias afetam em alguma medida objetos humanos, o impacto negativo da desumanização é muito mais comum do que sugeriria o hábito de identifica-los quase totalmente com seus efeitos genocidas. Mandam soldados atirar em *alvos*, que *caem* quando são *atingidos*. Os empregados de grandes companhias são encorajados a destruir a concorrência. (BAUMAN, 1999, P.127).

A ação genocida posta em prática pela burocracia alemã fora bem mais fácil de ser realizado uma vez que todas as demandas morais dos sujeitos desumanizados pela ação burocrática não são mais consideradas plenamente sujeitos de carne e osso, capazes de possuírem uma causa justa, ou determinados atributos nobres e moralmente justos, mas sim, através da própria tendência mórbida da burocracia moderna de transformar sujeitos em objetos. Sem o mecanismo organizacional citado acima, os impactos psicológicos causados pela ação genocida seriam insuportáveis para qualquer funcionário público alemão, pois este seriam constantemente perturbados pela consciência moral e pelo remorso, elementos este que o regime nazista deveria claramente cortar pela raiz.

O aspecto que deve ser ressaltado neste capítulo é que a forma de ser da moderna burocracia, que cumprira um papel essencial no assim chamado processo civilizador, contém dentro de si tendências mórbidas que embora adormecidas, podem ser reativadas a qualquer momento pelo próprio mecanismo político do estado moderno. A burocracia moderna contém dentro de si a possibilidade total de ser utilizada para um fim genocida, como fora pelos nazistas na segunda guerra. Mas apesar de ser constantemente considerada apenas um instrumento da ação genocida, a própria burocracia muitas vezes possuem predileções por determinadas ações ao invés de outras, sobretudo pelo fato de que a própria burocracia fora criada para buscar a solução mais eficiente, produtiva e menos custosa, sendo programada para mensurar determinada ação não em termos valorativos ou éticos, isto é, qualitativos, mas sim em termos puramente quantitativos, visando diminuir ao máximo os custos de determinada ação. É inegável a influência da burocracia alemã para se construir os campos de concentração e as câmaras de gás como um método mais eficiente e menos custoso para se exterminar milhões de Judeus.

A execução do holocausto nazista seria impensável sem a moralidade burocrática que fora implantando pela própria modernidade. Mesmo o Estado nazista possuindo um forte aparato de propagação ideológica e doutrinação em massa, a ideologia nazista por si só seria incapaz de colocar em prática a grandiosa tarefa de exterminar uma raça inteira. A esfera da ação impessoal e indiferente é a esfera por excelência da burocracia moderna, por isso para Bauman

A burocracia contribuiu para a continuidade do holocausto não apenas por sua inerente capacidade e suas técnicas, mas também por sua

inerente enfermidade e afecções. A tendência de todas as burocracias é perder de vista o objetivo original e se concentrarem em vez disso nos meios – meios que se transformam em fins – foi amplamente ressaltada, analisada e descrita. A burocracia nazista não escapou ao seu ímpeto. Uma vez em movimento, o mecanismo do assassinato ganhava ímpeto próprio: quanto mais se superava em extirpar os judeus dos territórios que controlava, mais ativamente buscava novas terras onde pudessem praticar suas habilidades recém-adquiridas. (BAUMAN, 1999, P.130).

A Burocracia tem de forma inata um potencial genocida, o que quer dizer que quando esta forma de burocracia moderna pautadas pela razão instrumental se encontra com uma ideologia eugênica e racista e um estado autoritário, o genocídio e o extermínio fatalmente se segue.

5 A MORALIDADE NAZISTA E O ESQUECIMENTO

É preciso compreender que para um evento histórico da magnitude do holocausto nazista ocorrer fora necessário fabricar uma moralidade própria ao nazismo, isto é, uma forma de conduta individual e coletiva que vise transformar o extermínio judeu, ou ao menos, a indiferença quanto ao ocorrido, em um imperativo moral. É preciso, antes de mais nada, definir o que se entende por moralidade.

Para compreender a completa inversão moral praticada pelo Nazismo, transformando o assassinato em massa em virtude, e a virtude e a justiça, em crime e vício. A moral é o conjunto de regras impostas socialmente, isto é, de forma objetiva ao indivíduo particular. Alguns Filósofos, como Kant, afirmam que a moralidade humana se encontra não no mundo externo, mas internamente em cada homem, de forma subjetiva (ARENDRT,2007).

Determinada ação moral só o pode ser, se o agente pratica a ação de forma autônoma e voluntária, além de visando somente o dever, isto é, a intencionalidade da conduta deve estar voltada para a ação em si mesma, para o dever, não para suas consequências. Kant denominará este princípio da moralidade como imperativo categórico. Essa máxima moral deve ser capaz de ser universalizada a todos os indivíduos, de modo que essa ação moral deverá ser julgada boa ou má, correta ou incorreta, justa ou injusta, de acordo com a capacidade de se transformar em uma lei universal, uma máxima que se torna imperativo categórico. A moralidade para é a adequação da vontade à forma da lei universal, essa lei universal não é externa, mas interna, pois depende da livre vontade de fazer o bem por um princípio bom. A ação moral é aquela que realiza o bem de forma intencional, não por medo do castigo ou que busca recompensas, deve-se fazer o bem enquanto dever (ARENDRT,2007).

A moral deve ser entendida como uma série de deveres para com o conjunto dos indivíduos pertencente a comunidade, e a base desse sistema é a reciprocidade entre os indivíduos que fazem parte de determinada comunidade. Apesar de possuir um caráter social, a moral pode ser intuída individualmente pelos sujeitos, pois estes possuem uma consciência intuitiva sobre o certo e o errado, o Homem é capaz de discernir individualmente o justo do injusto, justamente devido a faculdade racional do ser humano (ARENDRT,2007).

Este conjunto de regras de conduta humana as quais os Homens usam para discernir o certo e o errado, denomina-se moral. Mas o que deve ocorrer a determinado membro da comunidade que transgrida essas regras? A primeira forma

de punição a esse indivíduo será a indignação moral do conjunto dos indivíduos de determinada comunidade, posteriormente o criminoso será afetado pelo sentimento de culpa – como dito anteriormente, assim o será pois todos os indivíduos dotados de razão são capazes de discernir e julgar o certo do errado – pois saberá que cometera um crime contra o conjunto da comunidade, e ferira o princípio do dever e da reciprocidade. Assim sendo, a primeira forma de punição será feita por si mesmo através da culpa e do remorso.

Existem dois caminhos para se entender sobre a categoria da moralidade, um deles é definir a moralidade como o conjunto de regras de conduta individual que são impostas socialmente e em determinado período histórico, essa visão pode ser chamada de historicista, pois ela não compreende nenhum ato humano como universalmente e inerentemente correto e bom em si mesmo, mas sendo apenas produto de diferentes formas de organização política e sociais.

O outro caminho, e este caminho é traçado por pensadores como Bauman(1989) e Arendt(2007), é de apesar de afirmar que o comportamento e os atos dos homens são também ditados por normas sociais e políticas específicas de um período histórico, existe em todo indivíduo uma consciência arraigada do certo e do errado, do moralmente vil e do moralmente bom, em certo sentido esta consciência moral transcende as imposições sociais e históricos de determinado período. há certa continuidade ao longo da história humana em compreender certos atos como inerentemente hediondos, como o assassinato, por exemplo.

Um dos elementos centrais para a repressão de um ato que é considerado errado ou criminoso por um indivíduo, além de vários mecanismos de repressão social, é o sentimento de culpa, isto é, o mecanismo psicológico mais básico do indivíduo, que fornece a primeira e mais fundamental punição à determinado ato vil. É isto que revela a expressão “prestar contas a si mesmo”. Uma ação moral autônoma é aquela que o indivíduo racional age a partir de um princípio racional próprio, isto é, agir desta forma é um imperativo categórico, deve-se agir assim pois é o certo, é a ação que se deve praticar, é realizar o bem pelo bem, não visando nenhuma recompensa ou evitar a punição por parte do estado. Não se age apenas baseado na autoridade externa da sociedade e no medo da punição, mas a partir da própria consciência racional individual.

A moralidade, então, é ao mesmo tempo autônoma, pois depende da vontade individual racional do sujeito, que pode aceitar ou não as regras morais, e ao mesmo tempo, depende um rígido processo de reciprocidade social, pois esse sistema moral só pode ser sustentado pelo sistema de exigências e justificativas mútuas da sociedade, pois qualquer ato individual sempre pressupões uma relação com outros, e, portanto, social (ARENDR,2007).

De acordo com Arendt (2007) a supressão do sentimento de culpa dos alemães foram um dos elementos centrais que permitiram o apoio ao extermínio em massa do povo judeu, afinal de contas, é apenas aliviando ou suprimindo completamente o sentimento de culpa coletiva e individual que é possível com que milhares de pessoas aceitem passivamente um ato que é, para a consciência do sujeito, inerentemente mal.

Ao analisar o processo de julgamento e prisão de Eichmann, Arendt(1999) percebe que o mecanismo psicológico central utilizados por regimes totalitários é exatamente impedir qualquer tipo de responsabilidade individual pelos seus atos. Nunca é demais lembrar que o holocausto nazista fora cometido, em sua grande maioria, por cidadãos comuns, amáveis pais de família e pessoas honestas. A capacidade de pensar sobre o próprio ato criminoso fora completamente suprimida

pelo estado nazista graças ao mecanismo de produção da indiferença social do parte da população, pois o que deve fato impressiona ao analisar o processo de extermínio do povo judeu não fora o fato da maior parte da população aderir vivamente o holocausto, coisa que boa parte dos historiadores, como Evans(2007), confirmam, mas sim o fato de que boa parte da população ficara moralmente indiferente quanto ao ocorrido, aceitaram passivamente o comando da burocracia nazista e baixaram a cabeça frente a sua ideologia. Esse mecanismo de manipulação psicológica só fora possível exatamente pela forma como burocrática de organização do trabalho, assim como pelo cultivo de uma moralidade que permita suprimir completamente a personalidade individual e seu senso de responsabilidade (ARENDDT,1999).

Na grande obra literária *crime e castigo*, de Dostoiévski (2009), o protagonista ao matar e roubar a velha usuraria representa de forma extraordinária o fenômeno citado acima. Raskolnikov, o protagonista, divide a humanidade em dois tipos de homens, os ordinários, que são aqueles capazes de se responsabilizar pelos próprios atos e conseqüentemente sentem a culpa pelos seus próprios atos, e os homens extraordinários, que acreditam que suas ações são justificadas pela existência de um plano maior que eles personificam, permitindo a superação do sentimento humano da culpa e do remorso. A genialidade de Dostoiévski (2009) ainda no século XIX permitiu com que ele antecipasse o fenômeno do totalitarismo, assim como demonstrasse o perigo da sociedade jardineira, que busca um projeto de sociedade perfeita totalmente planejada e ordenada utilizando os indivíduos como meros acessórios e exterminando aqueles que não se adequam ao dito projeto. Vem à mente evidentemente o caso da Alemanha nazista.

Assim como na obra literária, o que permite o remorso e o arrependimento do personagem foi o reconhecimento e a lembrança do crime cometido, se não há memória, logo não há crime nem redenção. É exatamente por isso que o elemento central que fora perseguido pelas hordas hitleristas fora a memória coletiva, é por isso que regimes totalitários dispensam a história, pois esta permite a lembrança dos erros passados e repudia o esquecimento. A noite da queima dos livros representa isso de maneira evidente. (EVANS,2007).

Fora exatamente esse mecanismo mental de responsabilidade flutuante que permitiu que homens aparentemente comuns, como Eichmann, fossem responsáveis pelo maior assassinato em massa da história humana. Bauman(1999) identifica que uma das principais lições retiradas no holocausto é que não fora e nem é necessário homens maus ou psicopatas assassinos para se realizar um genocídio do tipo o holocausto, mas que homens comuns e honestos dadas determinadas circunstâncias estruturais e conjunturais podem ser cúmplice e agentes participativos em uma catástrofe.

Ao abolir completamente qualquer apreço da população alemã à moralidade, era necessário criar completamente um novo imperativo moral condizente com a ideologia nazista. O vazio moral deixado pelo discurso e pela propaganda nazista necessitava ser preenchido por uma nova ideologia que fosse capaz, ao mesmo tempo, de sobrepor tanto o campo político liberal, quanto comunista. É necessário lembrar que não apenas os Judeus foram sistematicamente perseguidos pelo governo nazista, mas boa parte dos partidos comunistas e dos indivíduos considerados de esquerda forma sistematicamente presos, exilados e mortos pelo regime que se instalou em 1933. O discurso nazista culpava sobretudo judeus e comunistas pelo fracasso militar na primeira guerra, assim como pelo tratado de Versalhes e pela crise econômica instaurada desde a década de 20(EVANS,2007).

A ideologia nazista era um misto de várias ideologias que povoaram a mentalidade da Europa ocidental desde o final do século XIX. Misturando elementos do darwinismo social com a ideologia do romantismo alemão, assim como elementos do racismo científico, o ideário nazista muitas vezes acaba sendo palco de diversos embates acadêmicos. É mais difícil do que parece definir politicamente o regime nazista, mas fica claro que uma das principais fontes da ideologia nazista era a ideologia *völkisch*, termo que pode ser traduzido como povo ou étnico (EVANS,2007). Essa ideologia, como nos lembra Klemperer (2009), tem fortes bases no romantismo alemão, sobretudo o nacionalismo e a busca por uma pureza cultural, tão típicas dos principais expoentes do romantismo alemão, que acreditavam que a vontade e o intelecto do povo germânico eram únicos e superiores dentre os povos europeus. No romantismo alemão, já é possível identificar boa parte da ideologia que iria embasar o nacionalismo étnico presente durante o período nazista.

Na obra *a linguagem do terceiro Reich*, de Klemperer (2007), o linguista alemão analisa o discurso nazista e como este utilizou e distorceu várias expressões linguísticas que antes possuíam um sentido pejorativo. Um exemplo claro era a palavra fanático, que na língua alemão possui uma conotação extremamente negativa. Palavras como responsabilidade pessoal, culpa e remorso foram sendo paulatinamente substituídas por palavras mais adequadas ao sentimento nazista, tais como lealdade, valentia, abnegação e obediência. Essas passaram a ser as virtudes supremas que formavam o ideário do cidadão nazista.

Aqui é possível perceber outro elemento central de ideologias totalitárias, as virtudes cardeais clássicas como a justiça e a moderação são vistas como vícios, enquanto a lealdade abstrata a um partido ou a uma ideologia é visto como a personalização da principal virtude no ideário nazista. O importante era ter consciência de que se era fanaticamente leal a algo que transcende o indivíduo, a um plano na qual se deve obediência e adequação. O autor vai mais além, esta via que a linguagem do terceiro Reich tinha por objetivo final a obliteração da própria personalidade individual, buscando dissolver a identidade e o pensamento individual autônomo por uma consciência coletiva, por isso o fanatismo coletivo típico do regime nazifascista. Esta dissolução do indivíduo e sua subsequente substituição pelo *volk*, isto é, pelo espírito de uma comunidade política nacional e étnica já é um tema recorrente na ideologia *völkisch*, na qual o nazismo se assenta ideologicamente (Klemperer,2007).

No caso do nazismo, como nos diz Elias (1997, P.145) “as pessoas contentavam-se em deixar às autoridades do estado sobre o que fazer e o que não fazer, sobre o que era certo e o que era errado”. É claro pela citação anterior que o que nazismo fizera fora substituir a consciência e a responsabilidade individual para a incorpora-la ao estado nazista e, sobretudo, a figura de pessoal de Hitler. O que de fato a moralidade nazista fizera fora substituir a ética da consciência pessoal por uma ética da obediência estrita aos valores nazistas, que visava no limite destituir completamente os indivíduos de qualquer autonomia moral e intelectual, transformando-os em um fanático político.

Os valores morais e os imperativos colocados em prática pelo nazismo precisariam justamente substituir toda a tradição moral e filosófica que ele pretendia destruir. A ideologia oficial do nazismo era o *völkisch*, a assim chamada comunidade nacional, este era o etos da moralidade nazista. É necessário compreender que comunidade nacional aqui não significa apenas a comunidade política e territorial alemã, mas sim a comunidade étnica que os nazistas chamavam de comunidade ariana, ou simplesmente arianos. A ideologia *völkisch* acreditava que o colapso civilizacional, cultural e econômico que perpassava a Europa fora causado

primordialmente pela miscigenação racial e cultural que afetara o velho continente (EVANS,2007).

Os últimos bastiões da pureza racial seriam justamente os povos do norte, os assim chamados arianos. Essa ideologia, como fora dito anteriormente, se assentava fortemente nas principais teorias racistas que foram fortemente espalhadas na Europa ao longo do século XIX e início do século XX, sobretudo o darwinismo social e as teorias racistas de pensadores como Gobineau, que foram um dos primeiros estudiosos da antropologia moderna a classificar e hierarquizar as diferentes as raças que perpassam os continentes (EVANS,2007). O objetivo central do nazismo, entretanto, iria muito além de relatar e observar as diferenças raciais substanciais existentes entre os homens de forma “científica”, aqui não se tratava mais apenas de respaldar um discurso racista, mas sim de pôr em prática governamental uma política pública de limpeza étnica e purificação racial.

Os judeus alemães, dentro da visão nazista, eram o principal grupo responsável por trazer o elemento disruptivo, invasor e desestabilizador para a homogeneidade racial e cultural na Alemanha e em toda a Europa, a razão para isso, como citado no capítulo anterior, era que o judeu conceitual era visto como uma raça internacional, sem pátria, cosmopolita e trazedor de práticas culturais que iam de frente com a cultura nazista (BAUMAN,1999), além de ser o principal grupo responsável pela suposta crescente miscigenação do povo alemão. É possível perceber uma série de paralelos entre os discursos proferidos contra o cosmopolitismo do povo judeu pelo nazismo e as várias manifestações de ódio da extrema-direita europeia contra os imigrantes árabes e africanos, a forma do discurso continua basicamente intocada, mudando apenas os alvos dos ataques racistas, grupos étnicos estes que são considerados ameaças para a homogeneidade racial e cultural dos povos europeus.

6 POSSIBILIDADE DO HOLOCAUSTO E AS SALVAGUARDAS MODERNAS

Um dos aspectos mais importantes do holocausto nazista é que este acontecimento revela múltiplos aspectos mórbidos da civilização moderna, herdeira dos princípios liberais, que aparentemente seria incapaz de produzir um ato tão hediondo como o holocausto nazista. É importante compreender que existem duas grandes correntes interpretativas em relação ao Holocausto.

A primeira é a que assim chamada explicação do processo civilizatório como um contínuo processo de transformação, disciplinarização e extinção dos instintos mais baixos e imediatos do homem, que em uma condição natural cederia aos seus vícios mais imorais exatamente pela ausência da lei, da ordem e de uma sociedade politicamente organizada. Podemos chamar esta tese por outro nome, de corte claramente hobbesiana. Esta linha de interpretação sociológica compreende o Holocausto como uma suspensão e um retorno temporário à um estado pré-social e hipoteticamente bárbaro, levada a cabo por personalidades autoritárias que concentram poder político e suspendem as regras da civilização (BAUMAN,1999).

É bastante claro os limites e os problemas da abordagem citada acima. O primeiro grande problema é que ela adere claramente ao mito etiológico da sociologia do início do século XX, que compreende o processo civilizatório como um progresso social, econômico e cultural constante, tendendo cada vez mais a expulsar a violência, a opressão e a desigualdade do espaço social.

Esta corrente reproduz o discurso liberal e iluminista, que coloca na sociedade burguesa moderna o grande ápice civilizacional da humanidade. As crises econômicas, as guerras e o extermínio genocida seriam apenas momentos acidentais e contingentes, resultados de comportamentos que não foram disciplinados pela

socialização moderna. O que esta corrente não consegue explicar é que fora justamente na modernidade liberal em que as maiores “barbáries” aconteceram, duas guerras mundiais, seguidas por um holocausto que ceifou a vida de 6 milhões de pessoas.

É importante compreender que a obra *Modernidade e holocausto*, do sociólogo polonês, visa justamente desmontar a interpretação original da sociologia que compreendia o holocausto nazista como acidente. Bauman(1999) opta por insistir que o projeto moderno fora bem sucedido em substituir os impulsos naturais do homem por formas de conduta mais flexíveis e artificiais, e fora exatamente essa forma de conduta humana que possibilitou eventos do tipo holocausto. As relações sociais pré-modernas não possibilitariam a existência de tais fenômenos tipicamente modernos.

Ao interpretar o processo civilizador na sociedade ocidental, Norbert Elias identificava a eliminação crescente da violência da vida social e do cotidiano como o principal fato que levou à uma crescente civilização dos costumes e das práticas da sociedade ocidental. Nas palavras de Elias sobre a violência física:

Já não são mais uma perpétua insegurança na vida do indivíduo, mas uma forma peculiar de segurança.... uniforme, é exercida sobre a vida individual pela violência física armazenada por trás dos cenários da vida cotidiano, uma pressão totalmente familiar e dificilmente percebida conduz e dirige a economia, ajustada que foi desde tenra infância a essa estrutura social. (ELIAS, 1997, P.238).

O próprio Elias (1997), mesmo reproduzindo o mito etiológico do ocidente, que se identifica como o centro e o farol civilizatório para o resto do mundo, consegue compreender a aparente eliminação da violência da vida cotidiana e a questão do armazenamento da violência física, assim como a reorganização de instituições políticas que concentram e racionalizam o uso da violência física. A metáfora que se deve ter em mente aqui é o Leviatã hobbesiano, as maneiras e os costumes foram pacificados graças ao medo que os indivíduos que pertencem à sociedade têm do Estado moderno, que é a instituição de monopoliza e usa a sua violência para suprimir eclosões de violência não autorizados (HOBBS,2004). Nas palavras do próprio Bauman(1999, p.132), “O desaparecimento da violência do horizonte da vida diária é assim mais uma manifestação das tendências centralizadoras e monopolizadas do poder moderno; a violência está ausente da relação interpessoal porque é agora controlada por forças definitivamente fora do alcance individual”.

A crença citada acima é o principal elemento que constitui a sociedade moderna e seu Estado, de que é necessário submeter-se às práticas civilizadoras da modernidade pois estas são mais racionais, livres e iguais, está é a face mais superficial e aparente do processo civilizatório. Os indivíduos que habitam a casa da modernidade muitas vezes não compreendem o preço que foi pago pela pacificação da vida cotidiana.

A violência não fora eliminada em nenhum momento da civilização ocidental, mesmo o longo período de paz na Europa entre 1815 - 1917, isto é, do fim das guerras napoleônicas até o início da primeira guerra mundial, a violência e o extermínio físico de seres humanos foram incrementados nas colônias Europeias, basta lembrar os múltiplos massacres ingleses na china e Índia. O imperialismo das potencias capitalistas se apropriaram vivamente dos discursos racistas e eugênicos para racionalizarem sua própria superioridade econômica, social e cultural. O ocidente liberal, rico e seguro, que se compreendia como o centro pacificador e civilizacional usou toda a violência que fora armazenada em seus respectivos estados contra os

povos coloniais, buscando submete-los através da violência e do extermínio (LOSURDO,2006). Aqui, a principal motivação era, evidentemente, a possibilidade de maiores mercados e visando retirar a maior utilidade econômica do uso da violência e da colonização. No nazismo, o principal fim fora a higienização racial de povos inteiros, visando à purificação racial do império germânico.

É necessário compreender que o holocausto habitava a vida do ocidente civilizado muito antes do holocausto nazista. Para Losurdo (2006) a burocracia hitlerista podia retirar do passado colonial do ocidente uma série de exemplos que seriam úteis como formas de melhor planejar o genocídio judeu, sobretudo a forma como o governo norte-americano lidou com a questão indígena no século XIX e com os negros recém-libertos (LOSURDO,2006). O autor percebe uma clara tradição colonial eugênica e genocida que chega em seu cume no holocausto nazista durante o século XX.

É esta a premissa que a declaração dos direitos humanos, de 1945, fora fundada. O direito internacional, a solidariedade entre os povos, e a democracia liberal, assentada fortemente na liberdade individual e política, não permitiriam o retorno de fenômenos como o holocausto nazista, finalmente a humanidade poderia esquecer esse acontecimento como algo superado. A grande questão que este artigo busca responder é exatamente esta. Afinal de contas, o holocausto nazista deixou marcas indelévels que fizeram as autoridades internacionais buscarem formas de prevenir sua repetição, inclusive este acontecimento sendo uma das principais razões para a criação da declaração internacional dos direitos humanos.

Como dito anteriormente, um dos princípios centrais da ciência moderna é a separação entre fato e valor. A ciência, ao longo da modernidade, passa a adquirir cada vez mais independência em relação ao discurso ético e religioso. A grande promessa moderna era de que a ciência positiva, aliada à racionalidade instrumental seria capaz de emancipar a humanidade dos grilhões supersticiosos da metafísica e da religião, mas não apenas, uma vez a razão científica emancipada frente às pressões morais da sociedade, e a técnica plenamente emancipada da ética, seria possível finalmente chegar a uma forma social e política plenamente civilizada e desenvolvida, eis aí o lema da modernidade burguesa (HORKHEIMER,1996).

O primeiro grande choque quando se olha para eventos como o extermínio judeu fora que a grande salvaguarda moderna não apenas fora completamente incapaz de evitar o que talvez tenha sido a maior barbárie da história humana, como ela própria cumpriu um papel ativo na execução do holocausto Judeu (BAUMAN,1999).

Como nos lembra Horkheimer (1996), a modernidade burguesa presenciou o triunfo da razão instrumental sobre a razão objetiva, esta que tinha por objetivo o conhecimento e a verdade. A tendência da razão instrumental é suprimir qualquer tipo de reflexão sobre os fins valorativos de determinada ação, buscando transferir sua atenção apenas para os meios mais eficientes possíveis. É bastante claro as consequências nefastas deste triunfo. A primeira é a subordinação da ciência à técnica, o conhecimento científico já não é mais visto como um fim valoroso em si mesmo, mas sim como um meio, um instrumento que busca ampliar a dominação humana sobre a natureza e sobre o próprio homem, o conhecimento científico na modernidade passa a se transformar em um puro instrumento de dominação. A própria forma como a ciência moderna se articula, subordinando a busca pela verdade e pelo conhecimento por uma forma mais produtiva de se dominar a natureza e o próprio homem. Esse potencial perigoso da ciência fora o que fizera ela um importante aliado para o extermínio Judeu.

Está bastante claro, como discutido acima, que o desenvolvimento de uma ciência eugênica, que iria resultar em práticas médicas voltadas para a engenharia social e racial não era de forma alguma novidade dos nazistas, apesar de estes terem desenvolvido uma ciência eugênica claramente superior a existente anteriormente. A crença central de boa parte do pensamento sociológico era de que a modernidade produzira, e ainda produz, seguros salvaguardas contra o assassinato em massa e a violência política tipicamente vistas no holocausto judeu. E uma das principais salvaguardas que acabaram falhando completamente fora exatamente a própria ciência moderna.

Bauman(1999) percebe na ciência moderna uma dupla participação nesse fenômeno. A ciência contribui indiretamente para o holocausto na medida em que

A ciência abriu caminho ao genocídio pelo solapamento da autoridade e o questionamento da força aglutinadora de todo o pensamento normativo, particularmente o da religião e o da ética. A ciência faz o balanço de sua história como a da longa e vitoriosa batalha da razão contra a superstição e da irracionalidade. Na medida em que a religião e a ética não podiam legitimar racionalmente as exigências que faziam do comportamento humano, foram condenadas e viram sua autoridade negadas. (BAUMAN, 1999, P.133).

Afinal de contas, é típico da ciência positivista moderna negar tudo aquilo que remete à algum tipo de restrição normativa, seja de caráter filosófico ou religioso, assim como declarar que as normas e os valores humanos são irremediavelmente subjetivos e não passíveis de demonstração. Sendo assim, a instrumentalidade passou a ser o único campo completamente objetivo e livres valoração. Como fica claro na seguinte passagem:

A ciência queria ser livre de valoração e tinha orgulho disso. Por pressão institucional e ridicularização, ela silenciou os pregadores da moralidade. No processo tornou-se moralmente cega e muda. Desmantelou todas as barreiras que a podiam impedir de cooperar com entusiasmo e entrega total no desenvolvimento de métodos mais eficientes e rápidos de esterilização em massa e assassinato em massa; ou de conceber a escravidão nos campos de concentração como uma oportunidade única de conceber pesquisas médicas com vistas ao conhecimento e – claro – da humanidade. (BAUMAN, 1999, P.130).

Mas não fora apenas indiretamente que a ciência contribuíra para o planejamento e a execução do holocausto, mas também de forma direta. As mais recentes pesquisas históricas buscam destronar o mito de que a ciência teria sido perseguida pelos nazistas. Na obra do historiador da ciência Robert Proctor(1988), ele busca demonstrar que não apenas a comunidade científica alemã cooperou com os experimentos, como a própria política racial de extermínio do partido nazista fora imposta por grupos de cientistas alemães. Em várias áreas, sobretudo nas ciências médicas, houveram direcionamento direto dos cientistas das políticas de estado nazista.

É bastante difundido a ideia que de o fenômeno central que possibilitou o holocausto nazista tenha sido justamente o colapso dos regimes democráticos não apenas na Alemanha, mas em quase toda a Europa durante os entreguerras. Com o colapso das condições políticas pré-modernas, na qual o poder político estava

bastante descentralizado, baseado em redes de relações assentadas no controle comunitário direto.

A sociedade capitalista moderna, com seu Estado centralizado, tende a dissolver as redes comunitárias e os seus mecanismos de controle político e social. Substituindo as antigas redes por formas de solidariedade baseadas em instituições, como o Estado e o mercado, por meio da divisão funcional do trabalho (WEBER, 2004). Ora, uma vez estabelecidas os princípios da modernidade, o que impede com que estas instituições sejam utilizadas de forma autoritária e violenta? O único impeditivo é a democracia política. Esta é bastante frágil em períodos de instabilidade econômica e social, o que sempre ocorre de forma cíclica na sociedade capitalista, frequentemente solapa por crises econômicas que intensificam as lutas políticas e sociais entre as classes.

Bauman(1999) utiliza as profundas transformações surgidas na Alemanha do início do século XX como exemplo do que ocorre quando profundas revoluções sociais e políticas são feitas de forma apressada e com rupturas profundas com o velho esquema de poder, o autor identifica estas profundas transformações sociais e políticas que visam a monopolização do poder político por parte do estado como um paradigma moderno, a concepção de que o estado moderno tende cada vez mais a centralização de poder político é bastante claro na seguinte passagem:

Este, claro, é um modelo teórico, que raramente ocorre de forma integral na prática. Utiliza-lo serve, porém, para chamar a atenção para esses deslocamentos sociais que parecem tornar mais provável o surgimento de tendências genocidas. Os deslocamentos podem diferir na forma e intensidade, mas são iguais no efeito geral da *acentuada supremacia do poder político em relação ao poder econômico e social, do Estado sobre a sociedade*. (BAUMAN, 1999, P.137).

A tendência moderna citada acima é imprescindível para a compreensão do holocausto nazista, o Estado moderno que tende a projetar a sociedade como um jardim a ser cultivado, que busca um projeto de ordenamento social que tem por fim cada vez mais a homogeneização e repudia a diferenciação entre os indivíduos carrega dentro de si uma violência monopolista que possibilita a ação genocida. Para que de fato se concretize determinada projeção é necessário, como dito anteriormente, uma conjunção de circunstâncias históricas e sociais típicas de um período determinado.

Aqui é necessário demonstrar que o fenômeno nazi-fascista só fora possível graças ao mecanismo burocrático e autoritário do Estado Nazista, muito fortalecido pela segunda guerra mundial e o estado de emergência que possibilitaram uma centralização do poder político por parte do partido nazista. A negação do pluralismo político, a crise econômica que se alastrou pela Alemanha ao longo da década de 20, o repúdio à forma política democrática, o nacionalismo e o militarismo alemão foram elementos centrais que moldaram a especificidade do fenômeno nazi fascista e conseqüentemente permitiram o surgimento do holocausto nazista, que nesse trabalho está sendo tomado como um fenômeno histórico central da modernidade que se constitui desde o século XIX.

É claro que, do ponto de vista do historiador, é necessário ter em mente que certos elementos presentes no fenômeno histórico nazista estão claramente datados, pertencem a conjunturas históricas e sociais específicas que dificilmente se repetirão. Apesar disso, a existência de um discurso ultranacionalista e racista, por exemplo, são fenômenos políticos e sociais que atualmente voltam cada vez mais ao discurso

político moderno. Assim como a existência de uma máquina burocrática que monopoliza o uso da violência. Vários elementos que possibilitaram o surgimento de fenômenos do tipo holocausto ainda existem e se reproduzem na modernidade.

A conclusão que deve retirar deste capítulo é que o genocídio não é nem uma disfuncionalidade da modernidade, como pensa a corrente histórica citada no início do capítulo, nem mesmo uma anormalidade, mas sim que quando determinados princípios da modernidade se encontram, como um projeto de sociedade racialmente pura e homogênea, com uma burocracia pautada pela razão instrumental e pela impessoalidade, a tendência normal é o genocídio puro e simples.

A única coisa que resta fazer é buscar lutar contra qualquer forma de projeto político que vise minar as bases da pluralidade política, assim como todo e qualquer ataque que vise enfraquecer a diversidade cultural em suas múltiplas expressões. Qualquer passo na direção contrária a citada acima pode trazer de volta o fantasma do holocausto, que para os principais ideólogos da modernidade já estaria completamente exorcizado.

O que se pretende concluir neste capítulo é que as múltiplas salvaguardas modernas, principalmente a ciência moderna e a democracia liberal que supostamente seriam capazes de impedir episódios de barbárie generalizada como vistos ao longo do século XX, não apenas não foram capazes de impedir a maior barbárie do século XX, como cumpriram um papel fundamental na sua execução.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado que é possível chegar a partir das discussões suscitadas acima é que, infelizmente, o tema do nazismo e do extermínio judeu ainda continua possuindo grande relevância, sobretudo devido ao fato de que os elementos estruturais da modernidade que possibilitaram o holocausto ainda existem de forma abundante da nossa sociedade, sobretudo o racismo e a xenofobia presentes em vários lugares do mundo, sem falar no retorno do nacionalismo étnico em vários lugares da Europa e dos Estados Unidos.

Uma das principais conclusões a qual chega Bauman(1999) é que a forma moderna de sociedade, baseada plenamente na jardinagem e em claros projetos de engenharia social, busca cada vez mais uma formatação social homogênea e uniforme, buscando criar mecanismos de controle social e padronização do comportamento humano, favorece e nos permite continuar a debater a possibilidade um novo holocausto líquido.

É evidente a continuidade de vários elementos estruturais da modernidade que permitiram o surgimento do holocausto, dentre elas a própria tendência do estado moderno de concentração de poder político e monopólio crescente da violência, assim como a existência de uma organização burocrática guiada de forma plena pela razão instrumental e pela completa substituição da responsabilidade moral pela técnica e produtiva.

É importante compreender que o presente trabalho não ter por objetivo uma concepção romântica ou até mesmo reacionária de idealizar o passado, sobretudo o período anterior a modernidade, e simplesmente demonizar os ganhos civilizatórios extremamente importantes conquistados pela modernidade liberal, mas deve-se compreender as ambiguidades e as contradições existentes na forma social atual.

A existência de organização social e econômicas guiadas visando simplesmente a maximização do lucro e do ganho monetário, assim como guiadas pelo individualismo atomista e concorrencial típicas de sociedades de mercado tendem cada vez a criar conflitos sociais entre classes e povos inteiros, e já fora muito

bem explorada na literatura como a divisão das sociedades em raças fora e é útil ao imperialismo e a manutenção de uma grande hierarquia entre os povos, assim como o próprio discurso racista e xenofóbico cria divisões dentro da classe trabalhadora. A manutenção de uma forma estatal cada vez mais centralizada também abre perspectivas sombrias para o futuro. A grande lição deixada pela reflexão de Bauman(1999) é de que o holocausto está longe de ser uma figura do passado e continua uma possibilidade constante dos nossos dias.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. Cia das Letras, São Paulo, 1991.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Vol. 1.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Planeta, 2012.
- GOBINEAU, Joseph Arthur. 1853. **An essay on the inequality of the human races**. 1915 Translation by Adrian Collins. New York, NY: GP Putnam's Sons.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Trad. Miriam Oelsner. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. – Aparecida: SP, Ideias & Letras, 2006.
- MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PROCTOR, Robert. 1988. **Racial hygiene: medicine under the Nazis**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

SILVA, R. C. HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais. In: Economia e Sociedade. Vol. 1**, Primeira Parte (Teoria das Categorias Sociológicas). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, em especial meus pais que possibilitaram a continuidade dos meus estudos.

Quero agradecer também a todos os meus amigos, que caminharam juntamente comigo ao longo do curso, nos momentos bons e maus.

Agradeço ao meu orientador, José Adilson Filho, por se dispor e ter se mostrado aberto a minha temática de pesquisa, bem como ter tido paciência com a minha pessoa.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba, por ter permitido e me dado toda a estrutura necessária para o prosseguimento do curso.